

A liberdade dos etnógrafos em educação e seu mosaico interpretativo

Rodrigo Rosistolato
PPGE/UFRJ

O número temático “Estudos Etnográficos em Educação” foi pensado com dois objetivos complementares. O primeiro deles é fomentar o debate entre pesquisadores que se dedicam a realizar etnografias em temáticas educacionais no Brasil e também fora de nossas fronteiras nacionais. Entendemos que essa troca de experiências é fundamental para que possamos articular redes de solidariedade, grupos de pesquisa interinstitucionais, projetos compartilhados e publicações que contribuam para as discussões nesse campo.

O segundo objetivo é mapear os debates e as abordagens teórico-metodológicas produzidas por antropólogos e pesquisadores com outras formações que realizam etnografias em cenários educacionais. De antemão, tínhamos clareza de que há abordagens diversas com relação ao que seria (ou não) um estudo etnográfico em educação. Tais abordagens promovem discussões e embates relacionados aos processos de legitimação dos estudos etnográficos em geral e dos estudos etnográficos em educação em particular.

Nessa linha, argumentamos sobre a existência de uma bifurcação entre os pesquisadores do campo educacional que seguem a linha, inaugurada por André (1995), dos “estudos do tipo etnográfico” e os investigadores que argumentam sobre a pertinência de realização – e/ou simplesmente realizam – etnografias sobre temas educacionais. Os “estudos do tipo etnográfico” comportam análises em que a etnografia é vista mais como inspiração para pesquisas qualitativas em educação do que como forma efetiva de produção do conhecimento. Esse modelo de pensamento influenciou gerações de pesquisadores que usam métodos qualitativos em educação. Simultaneamente, tal abordagem conviveu, e convive, com outras que sequer discutem possíveis diferenças entre etnografias sobre temas educacionais e aquelas feitas sobre outros temas porque não percebem ou propõem quaisquer diferenças entre elas.

André (1995) defende a ideia de que não haveria etnografias em educação e sim “estudos do tipo etnográfico”. Seu argumento é construído com base na ideia de que os pesquisadores do campo educacional não cumpririam – e não teriam que cumprir – todos os requisitos da etnografia, especificamente a longa permanência do pesquisador em campo, o contato direto e sistemático com outras culturas e a utilização de categorias amplas para a análise dos fenômenos sociais mapeados durante a etnografia.

Na outra ponta da bifurcação estão autores com as mais diversas filiações teóricas na antropologia e na educação que defendem – ou simplesmente realizam –, ainda que com diferentes abordagens, etnografias em estudos educacionais (DAUSTER, 2015; GUEDES, 2014; GUSMÃO, 2015; MAGGIE; PRADO, 2014; OLIVEIRA, 2017; ROSISTOLATO; PRADO, 2015, entre outros). É necessário enfatizar que nem todos esses autores estão dialogando diretamente com André (1995), mas suas abordagens diferem radicalmente daquela apresentada pela autora. Por isso, estamos os localizando na outra ponta de nossa bifurcação analítica.

Para entendermos mais precisamente tal bifurcação, é preciso que compreendamos os argumentos presentes em ambos os lados. Em sua argumentação, André (1995) opõe os estudos educacionais às etnografias consideradas clássicas, principalmente inspiradas e/ou guiadas pelo modelo de trabalho de campo descrito por Malinowski (1980). De fato, qualquer etnografia realizada em escolas no Brasil ou em qualquer lugar do mundo seria necessariamente muito diferente daquela realizada por Malinowski, mas essa diferença não invalida ou deslegitima o trabalho etnográfico. Pelo contrário, ela aponta avanços, mudanças e permanências no campo da própria cultura e da análise de fenômenos culturais¹.

Para argumentar sobre a legitimidade dos estudos etnográficos em educação é possível demonstrar que houve, desde pelo menos a segunda metade do século passado, uma série de desenvolvimentos no debate sobre a antropologia e a etnografia, que problematizaram o “fazer etnográfico”, e também a crença de que viver em uma determinada cultura, em conjunto com “nativos” desconhecidos, seria totalmente necessário e suficiente para legitimar o trabalho etnográfico do antropólogo. Há um conjunto de debates sobre a autoridade, a experiência e a escrita etnográficas, problematizando

1 É importante salientar que há autores que nos antecedem na crítica à proposta apresentada por André. Para esse debate, ver especialmente Oliveira (2013).

até mesmo algumas das principais conclusões das etnografias consideradas clássicas e fundadoras da moderna etnografia².

Nesses novos desenvolvimentos, até mesmo a ideia de que o pesquisador precisa passar por longos períodos de isolamento no campo foi relativizada. No mesmo sentido, se observarmos, por exemplo, toda a discussão sobre antropologia e etnografia realizadas no cenário urbano, a noção de “trabalho de campo” ganha outras nuances porque a imersão etnográfica ocorre exatamente em contextos que são absolutamente familiares para os pesquisadores. Tais cenários podem envolver até mesmo os circuitos urbanos e os espaços de sociabilidade experimentados pelos antropólogos nas relações que estabelecem em suas redes de parentesco e amizade³. No caso específico da antropologia brasileira, todos os trabalhos realizados e orientados por Velho⁴ tiveram a cidade e os cenários de sociabilidade experimentados pelos etnógrafos como espaços privilegiados de pesquisa etnográfica. Também é fundamental citar o trabalho de Magnani (2003) e sua pertinente crítica à “tentação da aldeia”. Ele defende a ideia de que um dos principais desafios para a realização de etnografias na cidade é exatamente não cair na tentação de pensar os cenários urbanos como se fossem “aldeias” tais quais as descritas nos trabalhos clássicos da antropologia, dentre eles o do próprio Malinowski.

Desta forma, considerando que a antropologia ou a etnografia da escola é majoritariamente realizada em contexto urbano, é possível argumentar que esses investimentos em campo são tão etnográficos quanto quaisquer outros. Mesmo a etnografia realizada em escolas indígenas e/ou localizadas em territórios ocupados por populações tradicionais é pautada pela discussão sobre o tradicional e o moderno porque a escola, enquanto instituição moderna, necessariamente dialoga com saberes e lógicas tradicionais para conseguir se estabelecer.

Agora, também é preciso salientar que não há homogeneidade discursiva entre aqueles que realizam estudos etnográficos em educação. No conjunto de pesquisado-

2 Para esse debate ver, especificamente, Clifford (2002); Geertz (2002) e Giumbelli (2002).

3 O trabalho de Gruman (2002) é um exemplo desse modelo de fazer etnográfico. Trata-se de um antropólogo à época jovem e judeu que fez uma investigação sobre sociabilidade e aliança entre jovens judeus no Rio de Janeiro.

4 Seria impossível citar todos os trabalhos em que Gilberto Velho discutiu a pertinência da etnografia em cenários urbanos a não ser que trouxéssemos todos os textos do autor para as referências. Por isso, optamos por citar especificamente a obra que lança esse debate no cenário brasileiro. Trata-se do livro “A utopia Urbana; um estudo de antropologia social”, lançado em 1973.

res que têm se dedicado a realizar etnografias, e não “estudos do tipo etnográfico”, em cenários educacionais há também argumentos diversos sobre o trabalho etnográfico; e sobre a própria noção de educação como temática de pesquisa. O mesmo ocorre entre aqueles que se dedicam a refletir teoricamente sobre a etnografia na escola. Nesses debates, por um lado, a educação é apresentada em forma ampla, quase como sinônimo de socialização (DAUSTER, 2015; GUSMÃO, 2015). Por outro, a ênfase recai na escolarização e na escola como *locus* privilegiado para investigações antropológicas da educação (GALENO, 2011; MAGGIE; PRADO, 2014; MAIA, 2014; ROSISTOLATO, 2013, entre outros). Ambas as linhas argumentativas – da educação em perspectiva ampliada e da escola como *locus* privilegiado para investigações etnográficas – não são excludentes e têm sido contempladas em um conjunto de dossiês publicados no Brasil nos últimos anos⁵. Neles, os consensos e os conflitos presentes nesse debate são revelados e devidamente discutidos.

O objetivo desse número temático não é, portanto, eliminar a bifurcação identificada entre os estudos que se classificam como “de tipo etnográfico” e as etnografias em educação. Seria inocente de nossa parte imaginar que tais embates podem ser reduzidos e/ou extintos no âmbito de uma coletânea de artigos. Pelo contrário, entendemos que as tensões interpretativas devem ser reveladas de forma a ampliarmos a nossa visão sobre o que tem sido produzido no campo educacional em diálogo com a antropologia e com base na tradição etnográfica⁶.

O título dessa apresentação revela exatamente essa expectativa. Nosso argumento é que há um mosaico interpretativo no campo educacional sobre os sentidos da etnografia e a potencialidade desse tipo de investigação. Entendemos que olhar as peças desse mosaico individualmente e a imagem como um todo contribuirá com a ampliação de nosso conhecimento a partir do mergulho nas bases epistemológicas que sustentam nossos trabalhos de campo. Partimos do pressuposto de que o entendimento sobre o que estamos classificando como uma bifurcação nas pesquisas educacionais construídas em diálogo com a antropologia e a etnografia é fundamental para os pesquisadores envolvidos com esse campo e, principalmente, para estudantes que

5 Ver, especialmente, os dossiês realizados pela revista *Vibrant* (2015), “Antropology and Education”, pela revista *Linhas Críticas* (2015), “Antropologia, Etnografia e Educação”, e pela revista *Horizontes Antropológicos* (2017), “Antropologia, Etnografia e Educação”.

6 É importante salientar que concordamos com Peirano (2014) quando a autora afirma que a etnografia não é apenas um método. Trata-se de um modelo de produção de conhecimento construído com bases epistemológicas, teóricas e conceituais.

pretendem desenvolver seus trabalhos nessa interface. Por isso, o número temático apresenta tanto trabalhos identificados com os “estudos do tipo etnográfico”, que têm na etnografia uma inspiração e não exatamente um modelo de conhecimento, quanto etnografias realizadas com base em temáticas educacionais dentro e fora da escola. Dessa forma, o leitor terá a possibilidade de acompanhar as formas de raciocínio e construção de conhecimento científico presentes em ambos os lados da bifurcação e, com base em seu entendimento sobre esses processos, escolher um dos lados ou propor alguma alternativa em seus próprios trabalhos.

É necessário declarar que o organizador do número temático argumenta claramente sobre a pertinência da realização de etnografias em pesquisas educacionais, mas entende que o campo educacional é dividido entre leituras conflitantes sobre essa questão. Por isso, também salienta a necessidade de realização de um debate público sobre essa bifurcação. Esse número da Revista Contemporânea de Educação também foi pensado com esse objetivo. Afinal, a ciência caminha mais pelos dissensos barulhentos do que por consensos silenciosos.

O número temático é composto por um conjunto de 12 artigos e uma resenha. Eles não foram organizados em seções, mas a sequência foi pensada com vistas a conduzir o leitor pelas convergências entre as problemáticas trazidas pelos autores. É evidente que qualquer artigo pode ser lido independentemente da sequência em que esteja, mas consideramos importante revelar a lógica que nos orientou ao dispor os artigos nessa ordem.

Iniciamos com dois artigos que promovem um debate sobre a pertinência da etnografia para a análise de problemáticas educacionais. O primeiro deles foi escrito por Amurabi de Oliveira em parceria com Felipe Boin e Beatriz Demboski Búrigo. O segundo, pelos pesquisadores portugueses Ricardo Vieira e Ana Vireira. Ambos os textos ressaltam aspectos fundamentais dos investimentos em pesquisa etnográfica realizados por seus autores, revelando também uma série de desafios vivenciados por quem escolhe a etnografia como caminho para a produção de conhecimento sobre a educação e os sistemas educacionais.

Na sequência, apresentamos uma série de investigações empíricas sobre crianças na educação infantil. Anelise Monteiro Nascimento, Silvia Neli Falcão Barbosa e Maria Nazareth Salutto de Mattos apresentam os resultados de uma pesquisa sobre as experiências infantis vivenciadas por crianças matriculadas em instituições educa-

cionais. A pesquisadora argentina Laura Cerletti realiza uma análise etnográfica das estratégias desenvolvidas por famílias de classe média que vivem em Buenos Aires, Argentina, para promover a educação que consideram mais adequada para seus filhos. Claines Kremer, Carolina Gobbato e Leandro Forell analisam a transição das crianças da educação infantil para o ensino fundamental com foco nos significados construídos pelas crianças com relação a esse processo. Essa série é concluída com o artigo de Aline Helena Mafra Rebelo, que discute a visão de crianças sobre as formas regulatórias das instituições de educação infantil.

O número temático continua com a apresentação de dois artigos sobre populações “tradicionais” e sua relação com a educação. Neusa Maria Mendes Gusmão e Maria Lucia A. de Souza discutem a relação entre antropologia e educação com base em duas etnografias realizadas entre quilombolas no Brasil e africanos em Portugal. Já Douglas Ladislau dos Santos apresenta uma discussão sobre experiências de escolarização entre os povos Guarani Mbya.

Os artigos posteriores têm o contexto da escola básica e dos sistemas educacionais como foco direto de investigação. Valdeci Reis e Geovana Mendonça Lunardi-Mendes apresentam os resultados de duas pesquisas etnográficas sobre a relação das novas tecnologias digitais com a educação. Vanessa Petró analisa os conselhos de classe como espaços de tomadas de decisão sobre aprovação e reprovação dos estudantes, e discute as concepções de justiça reveladas nesses espaços. Gisele Carino Lage e Ana Pires do Prado analisam as trajetórias de jovens estudantes do ensino médio de uma escola pública do Rio de Janeiro que percebem a escolarização como uma forma de “ser alguém na vida”. Fernanda Lahtermaher Oliveira e Giseli Barreto da Cruz apresentam uma reflexão sobre a inserção docente de uma professora de matemática que foi formada no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência-PIBID.

Além dos artigos, o número temático também apresenta uma resenha do livro de Ronai Rocha “Quando ninguém Educa: questionando Paulo Freire”, escrita por Ceres Karam Brum. A autora realiza uma reflexão sobre o livro conectando-o às questões contemporâneas da educação brasileira, especificamente ao debate sobre qualidade na educação.

Acreditamos que a leitura será proveitosa para professores e pesquisadores da área de educação, sejam antropólogos ou profissionais oriundos de outras áreas de

conhecimento. O número temático também pretende contribuir com estudantes que estejam interessados em iniciar seus estudos trabalhando com a interface entre antropologia e educação.

Para todos, uma boa leitura!

Referências bibliográficas

ANDRÉ, M. E. D. A. *Etnografia da prática escolar*. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

ANTROPOLOGIA e Educação. *Linhas Críticas*, v. 21, n. 44, 2015.

ANTROPOLOGIA, Etnografia e Educação. *Horizontes Antropológicos*, v. 23, n. 49, 2017.

CLIFFORD, J. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro, RJ: Editora URJ, 2002.

DAUSTER, T. An interdisciplinary experience in anthropology and education: memory, academic project and political background. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, v. 12, n. 2, p. 454-96, 2015. <https://doi.org/10.1590/1809-43412015v12n2p451>.

DOSSIER “Anthropology and education”. *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*, v. 12, n. 2, 2015.

GALENO, S. *Uma escola de luta: análise dos significados da educação em um estudo de drama social*. Rio de Janeiro, RJ: 7Letras, 2011.

GEERTZ, C. *Obras e vidas: o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro, RJ: Editora UFRJ, 2002.

GIUMBELLI, E. Para além do “trabalho de campo”: reflexões supostamente malino-

wskianas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 48, p. 91-107, 2002. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000100007>

GRUMAN, M. Sociabilidade e aliança entre jovens judeus no Rio de Janeiro. 2002. 143 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2002.

GUEDES, S. L. Por uma abordagem etnográfica dos contextos pedagógicos. In; GUEDES, S. L.; CIPINIUK, T. A. (Orgs.). *Abordagens etnográficas sobre educação: adentrando os muros das escolas*. Niterói: Alternativa, 2014. p. 7-10.

GUSMÃO, N. *Antropologia e educação: um campo e muitos caminhos*. *Linhas Críticas*, v. 21, n. 44, p. 19-37, 2015.

MAGGIE, Y.; PRADO, A. P. O que muda e o que permanece o mesmo nas escolas cariocas: culturas de gestão e as representações dos estudantes. In: GUEDES, S. L.; CIPINIUK, T. A. (Orgs.). *Abordagens etnográficas sobre educação: adentrando os muros das escolas*. Niterói: Alternativa, 2014. p. 69-81.

MAGNANI, J. G. C. A antropologia urbana e os desafios da metrópole. *Tempo Social*, v. 15, n. 1, p. 81-95, 2003. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702003000100005>

MAIA, B. “Matéria no caderno”: jocosidade e evitação nas aulas de ensino religioso em uma escola pública. In: GUEDES, S. L.; CIPINIUK, T. A. (Orgs.). *Abordagens etnográficas sobre educação: adentrando os muros das escolas*. Niterói: Alternativa, 2014. p. 163-183.

MALINOWSKI, B. Objeto, método e alcance desta pesquisa. In: GUIMARÃES, A. Z. (Org.). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. p. 39-61.

OLIVEIRA, A.; BOIN, F.; BÚRIGO, B. D. A Antropologia, os Antropólogos e a educação no Brasil. *Revista Antropológicas*, v. 27, n. 1, p. 21-44, 2017.

OLIVEIRA, A. Algumas pistas (e armadilhas) na utilização da Etnografia na Educação. *Revista Educação em Foco*. Ano 16 - n. 22, p. 163-183, 2013.

PEIRANO, M. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, v. 20, n. 42, p. 377-91, 2014. <https://doi.org/10.1590/s0104-71832014000200015>

ROSISTOLATO, R. P. R.. ‘Você sabe como é, eles não estão acostumados com antropólogos!’: uma análise etnográfica da formação de professores. *Pró-Posições*, v. 24, n. 2, p. 41-54, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0103-73072013000200004>

ROSISTOLATO, R. P. R.; PRADO, A. P. Etnografia em pesquisas educacionais: o treinamento do olhar. *Linhas Críticas*, v. 21, p. 57-75, 2015.

VELHO, G. *A Utopia urbana: um estudo de antropologia social*. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1973.